



PORTARIA Nº 1.241, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Resolução nº 371, de 15 de dezembro de 2015, tendo em vista as disposições transitórias do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), e considerando o que consta do processo nº 00058.533545/2017-99, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeroporto Presidente Itamar Franco (Código OACI: SBZM), localizado em Goianá (MG), com as seguintes informações, do Anexo à Portaria nº 908/SIA, de 13 de abril de 2016:

Código	Nome	Município	UF	Aeronave crítica	Tipo de aproximação	Frequência semanal
SBZM	Regional da Zona da Mata	Goianá	MG	4C	NPA	12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.216 - Inscrever o Heliporto Privado Reik Morumbi (SP) (código OACI: SNRW) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.013842/2018-12. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.217 - Inscrever o aeródromo privado Águas Claras (RS) (código OACI: SIUA) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.015360/2018-99. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 50300.010042/2016-18. Fiscalizada: MENINO DA ILHA TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA. - ME, CNPJ nº 21.624.435/0001-87. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração tipificada no inciso II do artigo 23 da Resolução nº 2.921/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL
Chefe

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANCETE PATRIMONIAL EM: 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CNPJ Nº 34.040.345/0001-90

ATIVO	EM R\$ 1,00
Ativo Circulante	53.769.831,97
Disponibilidades	25.063.619,45
Direitos Realiz. Exercício Seguinte	28.706.212,52
Despesas Aprop. Exercício Seguinte	43.905,66
Ativo Não Circulante	423.395.176,12
Direitos Realiz. Após Exerc. Seguinte	7.493.676,50
Investimentos	22.344,60
Imobilizado	415.870.392,62
Intangível	8.762,40
TOTAL DO ATIVO	477.165.008,09
PASSIVO	EM R\$ 1,00
Passivo Circulante	63.028.599,66
Obrigações Vencíveis Exercício Seguinte	63.028.599,66
Passivo Não Circulante	881.711.712,83
Patrimônio Líquido	(467.575.304,40)
Capital Social	432.842.995,32
Reservas de Capital	31.351.379,05
Correção Monetária	0,00
Crédito p/Aumento de Capital	31.351.379,05
Lucro ou Prejuízos Acumulados	(931.769.678,77)
TOTAL DO PASSIVO	477.165.008,09

Natal, 31 de dezembro de 2017.
FRANCISCO JOSEFRAN DE A. JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO
Contadora CRC 3.815/RN
CPF 201.065.804-34

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

BALANCETE PATRIMONIAL EM: 31 DE JANEIRO DE 2018

CNPJ Nº 34.040.345/0001-90

ATIVO	EM R\$ 1,00
Ativo Circulante	50.707.195,38
Disponibilidades	21.374.953,87
Direitos Realiz. Exercício Seguinte	29.332.241,51
Despesas Aprop. Exercício Seguinte	37.538,61
Ativo Não Circulante	425.002.507,54
Direitos Realiz. Após Exerc. Seguinte	11.727.439,00
Investimentos	22.344,60
Imobilizado	413.243.961,54
Intangível	8.762,40
TOTAL DO ATIVO	475.709.702,92
PASSIVO	EM R\$ 1,00
Passivo Circulante	63.049.630,55
Obrigações Vencíveis Exercício Seguinte	63.049.630,55
Passivo Não Circulante	885.058.465,58
Patrimônio Líquido	(472.398.393,21)
Capital Social	432.842.995,32
Reservas de Capital	31.351.379,05
Correção Monetária	0,00
Crédito p/Aumento de Capital	31.351.379,05
Lucro ou Prejuízos Acumulados	(936.592.767,58)
TOTAL DO PASSIVO	475.709.702,92

Natal, 31 de janeiro de 2018.
FRANCISCO JOSEFRAN DE A. JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO
Contadora CRC 3.815/RN
CPF 201.065.804-34

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 440ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e setecentos e sete os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; o 1º Vice-Presidente Paulo Antonio de Carvalho; 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfourir e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Arthur Correia da Silva Neto; Carlos Eduardo Sodré; Diogo Rudge Malan; Eugenio Paes Amorim; Fernando Fragoso; Joao Batista da Silva Fagundes; Jose Barroso Filho; Máximo Alves Barbosa Filho; Maria Gabriela Viana Peixoto; Maria Tereza Uille Gomes; Olheno Ricardo de Souza Scucuglia; Pedro Eurico de Barros e Silva; Ruy Celso Barbosa Florence; Tais Schilling Ferraz; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Vilobaldo Adelidio de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Karla Andreia Magalhães Timbo Pinheiro; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Roberto Teixeira Pinto Porto. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Jefferson de Almeida-DEPEN/MJSP; Marcelo Varella-GM/MJSP; Jose de Ribamar Silva-MNPCT/MDH; Karolina Castro-CGCT/MDH; Amanda Teixeira-DEPEN/MJSP; Bruno Cesar Rocha-ONSP/DEPEN/MJSP; Luiz Philipe Spricigo-UnB. O Presidente manifestou, inicialmente, sua breve ausência no primeiro momento da reunião, tendo em vista sua participação na Comissão de

Modernização da Legislação, na Câmara dos Deputados, que se refere ao debate acerca do combate à organização criminosa, tráfico de drogas e tráfico de armas. O 1º Vice-Presidente coordenou os trabalhos do Plenário, procedendo à apreciação da Ata da 439ª Reunião Ordinária, sendo aprovada. Iniciando os itens de pauta, a Conselheira Maria Gabriela Peixoto, relatora da matéria, apresentou proposta de Resolução que permite flexibilizar o Anexo da Resolução CNPCP n. 09/2011, que trata das Diretrizes Básicas de Arquitetura Penal. O Resultado da votação foi o seguinte: a Conselheira Maria Gabriela Peixoto votou pela aprovação da proposta com ressalvas; o Conselheiro Eugenio Amorim se absteve de votar; a Conselheira Maria Tereza Uille apresentou proposta diversa da minuta apresentada pela relatora da matéria, sendo acompanhada pelos seguintes membros: o Presidente, Conselheiro Cesar Mecchi Morales; Conselheiro Paulo Carvalho; Conselheiro Fernando Kfourir; Conselheiro Aldovandro Chaves; Conselheiro Ariovaldo Toledo; Conselheiro Arthur Correa; Conselheiro Carlos Eduardo Sodré; Conselheiro Joao Batista Fagundes; Conselheiro José Barroso Filho; Conselheiro Máximo Alves; Conselheiro Olheno Souza; Conselheiro Pedro Eurico de Barros; Conselheiro Ruy Celso Florence; Conselheira Tais Ferraz; Conselheiro Ulysses Oliveira; Conselheiro Vilobaldo Carvalho. Acompanharam a proposta da conselheira Maria Tereza, porém, com ressalvas: Conselheiro Arthur Correa, Conselheiro Fernando Fragoso, Conselheiro Diogo Malan. A Conselheira Alessa solicitou a modificação da redação para a aprovação. A redação foi modificada, mas manteve o sentido. Com isso, vota contra a proposta apresentada pela Conselheira Maria Tereza. Para tanto, após amplo debate e discussão em Plenário, e respectivas adaptações, a proposta de resolução apresentada pela Conselheira Maria Tereza foi aprovada em sua maioria, ficando prejudicada a proposta da conselheira Maria Gabriela Peixoto. Após, o Presidente, em conjunto com Plenário, aprovou a programação das Reuniões Ordinárias para o ano de 2018, estabelecendo, em princípio, a quinta-feira das primeiras semanas de cada mês. Em seguida, a Conselheira Alessa manifestou preocupação acerca do debate, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Projeto de Lei n. 3.468/2012, que revoga dispositivos na Lei 7.210/84 que autorizam a saída temporária do preso. O Presidente, a seguir, instituiu a Comissão anual que trata da sistematização das Resoluções do CNPCP publicadas em 2017, formada pelos Conselheiros Ulysses Gonçalves e Ariovaldo Toledo. Por fim, o presidente designou a Conselheira Alessa Pagan como relatora da matéria concernente ao Processo 08016.010780/2017-95, que trata de proposta do Departamento Penitenciário Nacional para alteração da Resolução CNPCP n. 5, de 29 de outubro de 2015, que apresenta recomendações visando a interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.737, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/5851 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REAÇÃO GUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.814.159/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 497/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.762, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17411 - DPF/STS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0147-57 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 614/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto